



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(Tradução)

### Interpelação Escrita

A prova escrita do concurso centralizado de ingresso externo para técnico superior da área jurídica realizou-se no dia 15 de Março do corrente ano. Após a sua realização, muitos candidatos queixaram-se das deficiências registadas na organização desta prova. Se calhar, por insuficiente preparação dos trabalhos ou por falta de regulamentação do processo, surgiram muitos problemas que não deveriam ter acontecido. Estava previsto que a referida prova escrita começasse às 10H00, mas, afinal, o início da prova passou para as 10H55, ou seja, um atraso de cerca de uma hora. Surgiu ainda a crítica de que as decisões adoptadas pelos membros do júri “mudavam de vez em quando”. Por exemplo, os diplomas legais que servem como referência podem ou não ser sublinhados? Primeiro, disseram que não eram aceites as referências já sublinhadas nos diplomas legais, e que os candidatos tinham que adoptar medidas de remediação, sob pena de serem excluídos da prova. A seguir, vieram dizer que, por deliberação dos membros do júri, era permitido sublinhar os dados de referência. O que é mais surpreendente é que os membros do júri exigiram aos candidatos que rasgassem as páginas onde constava o preâmbulo dos Códigos. Como a farsa deste método não aconteceu nos últimos dois concursos centralizados, por que razão este concurso foi tão diferente dos últimos? Perante esta maneira de tomar decisões a bel-prazer, o público suspeita que os governantes não agem com



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

base em critérios uniformizados e que as provas realizadas carecem de rigor.

Para além dos problemas como os processos e as regras, alguns candidatos questionaram ainda o grau científico ao nível dos conteúdos das perguntas e da sua forma de colocação. Os candidatos entendem que, de um modo geral, não eram difíceis as perguntas da referida prova escrita, mas a quantidade era demasiadamente elevada, pois tiveram de levar a cabo a tarefa de responder a mais de 60 páginas em 3 horas, nomeadamente, a 40 perguntas com respostas breves, 3 perguntas de desenvolvimento e 3 perguntas sobre análise de casos. Todas as perguntas exigiam explicações por escrito, e as áreas envolvidas eram amplas, incluindo a Lei Básica, o Direito Civil, o Direito Penal, o Direito Comercial e o Direito Administrativo. É de crer que os candidatos, na sua maioria, não tenham conseguido responder a todas as perguntas no prazo fixado. Para além disso, aconteceu a situação de o mesmo conteúdo de uma pergunta ser repetidamente perguntado, o que nos leva a duvidar da racionalidade desta situação.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em relação à prova escrita do concurso centralizado de ingresso externo para técnico superior da área jurídica, os candidatos entenderam, de um modo geral, que os membros do júri não agiram com base em critérios uniformizados e que as provas realizadas careciam de rigor. Vai o Governo proceder à avaliação desta situação? Até ao momento, foram realizadas em Macau, umas a seguir às outras, duas provas escritas do concurso centralizado de ingresso para diferentes áreas. Com o objectivo de aperfeiçoar os vários trabalhos preparatórios inerentes à realização do



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

concurso público e à gestão das salas onde se realiza a prova escrita, o Governo deve proceder à avaliação de todas as provas já realizadas. Vai fazê-lo?

2. Quanto aos concursos públicos de ingresso, recentemente realizados, para adjunto-técnico e técnico superior da área de informática, foram vários os tipos de perguntas, incluindo, questões de escolha múltipla, questões de preenchimento de espaços, perguntas com respostas breves e perguntas de desenvolvimento. Estabelecendo uma comparação com outras provas, há quem aponte que a prova em questão careceu da diversificação ao nível da tipologia das questões e que a elevada quantidade de perguntas resultou na impossibilidade de levar a cabo, por parte da maioria dos candidatos, a tarefa de responder a todas no prazo fixado. Qual é o comentário do Governo sobre isto? Com vista a facilitar a selecção efectiva dos talentos do Direito que o Governo precisa, este deve basear-se em critérios científicos para fixar os conteúdos das provas. Vai fazê-lo?

18 de Março de 2014.

**A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau  
Song Pek Kei**